



Carga tributária cresce sem parar há quatro anos

Síntese: *Embora tenha prometido em campanha não aumentar tributos, o governo Lula deve promover este ano mais um aumento de carga; será o quarto seguido. O nível atual é suficiente para retirar 1,5 ponto percentual do potencial de crescimento do PIB brasileiro. Em 2007, os contribuintes deverão deixar R\$ 450 bilhões nos cofres federais; é quase 20% mais do que há cinco anos, já considerada a inflação do período. Os brasileiros deverão recolher R\$ 1,8 bilhão por dia ao governo central, quase o dobro de 2002. Os mais penalizados são os que vivem de salários: para quem ganha até dois salários mínimos, a carga global atinge quase 50%. Só a CPMF custará R\$ 188, em média, a cada contribuinte este ano.*

O presidente Lula aproveitou uma solenidade em Santa Catarina no início de outubro para defender o aumento dos tributos. Alegou que hoje paga-se mais porque ganha-se mais. Só pode ser escárnio. O brasileiro está, sim, pagando muito mais impostos e num ritmo de crescimento muito mais veloz do que o da inflação, do aumento do PIB, da renda ou de qualquer outro parâmetro que se use. Não contente com isso, o governo atira-se sem pejo na luta pela renovação – mais uma – da CPMF, a bilionária mina de ouro federal.

Quando Lula assumiu a presidência da República, já se cobrava muito imposto no país. O PT prometeu que dali não passaria. Nunca cumpriu. Em valores atualizados, os brasileiros pagaram R\$ 412 bilhões em impostos e contribuições federais no ano passado. Usando o mesmo critério, ou seja, considerando a inflação do período, foram pagos R\$ 347 bilhões em 2002. Isso significa que em quatro anos as receitas tributárias já cresceram 18,7% além da inflação. Mantido o ritmo atual, chegaremos ao fim do ano a algo como R\$ 450 bilhões.

Os aumentos são disseminados e atingem, principalmente, quem trabalha. A arrecadação com imposto de renda subiu 17,5% reais na era Lula. Além disso, os assalariados também passaram a pagar mais contribuição previdenciária depois que o governo petista aprovou sua reforma do INSS, ainda em 2003. Somados, IR e contribuição representam aumento de quase um ponto percentual do PIB na carga tributária desde 2002. Prevê-se que responderão por mais da metade da elevação de carga projetada para este ano, quando os brasileiros deverão pagar algo como 35,5% do PIB em tributos.

Assalariado paga mais

Não foram apenas estes tributos que subiram sob Lula. Cofins, CSLL e PIS tiveram alíquotas elevadas pelo governo do PT. Também neste caso havia o compromisso de que não haveria aumento, mas tão-somente mudança na forma de tributação. Mas o que se viu foram mais reajustes, ainda mais perversos porque a legislação determina que contribuições são tributos não repartidos com Estados e municípios; fica tudo com a União. Por isso, elas têm sido alvo preferencial da sanha federal e, desde 2002, já subiram 28% acima da inflação. A situação poderia ser ainda pior se a firme oposição da sociedade não tivesse impedido, por exemplo, a aprovação da medida provisória nº 232,

um pacote tributário editado no apagar das luzes de 2004 e derrotado no Congresso três meses depois.

Arrecadação de tributos federais (em R\$ bilhões)*

	Imposto de Renda	IPI	Contribuições**	Receita administrada pela SRF	Total
2002	122,9	21,3	151,6	326,5	347,5
2003	115,4	18,8	154,3	316,9	339,7
2004	118,6	20,5	177,4	346,9	372,6
2005	136,2	23,1	189,2	375,8	394,8
2006	144,3	23,1	194,2	391,2	412,5

*A preços de setembro de 2007, deflacionados pelo IPCA.

**CPMF, Cofins, PIS/Pasep, CSLL e Cide-Combustíveis

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil

Nos próximos dias sairão os números relativos à arrecadação federal de setembro. Será possível verificar que, em apenas nove meses, o governo central terá arrecadado mais que em todo o ano passado. Mantido o ritmo atual de crescimento e incluindo o que recolhe ao INSS, o brasileiro pagará este ano uma média de R\$ 1,8 bilhão por dia só em tributos federais. É praticamente o dobro do que pagava no início do governo Lula – R\$ 935 milhões, em 2002.

O presidente Lula parece não querer saber, mas os mais penalizados são justamente os que vivem de salários. Estudo da Fipe estima que a carga tributária global de quem recebe até dois salários mínimos é de 49%, dos quais 46 pontos percentuais referem-se a impostos indiretos – aqueles embutidos nos preços que o contribuinte paga sem saber. Numa motocicleta, por exemplo, os tributos representam 49%; em um forno de microondas, 57%; um terço do que se paga para comer em um restaurante é imposto. Para verificar o quanto o sistema brasileiro é regressivo, ou seja, penaliza mais os mais pobres, basta ver que a carga global de quem ganha mais de 30 salários mínimos é de 26%.

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o assalariado trabalha cada vez mais para pagar impostos e contribuições. Este ano, foi preciso trabalhar 146 dias – ou seja, de 1º de janeiro a 26 de maio – apenas para honrar os compromissos com o fisco. Entre 2002 e este ano, esse indicador cresceu 13 dias, o que significa que, até agora, a gestão Lula subtraiu mais quase meio salário da renda do trabalhador brasileiro.

A perversa CPMF

A CPMF representa um capítulo à parte. Sob Lula, até dezembro terão sido arrecadados cerca de R\$ 162 bilhões com esse tributo. Dadas as características da contribuição, parte do que ela arrecada vem justamente de outros tributos pagos; é imposto sobre imposto. Por exemplo: toda vez que alguém quita uma parcela de IPTU ou IPVA, também recolhe, por tabela, CPMF. Só isso já rendeu R\$ 13 bilhões à gestão petista.

Apenas com a CPMF, cada brasileiro desembolsou em média R\$ 172 no ano passado; neste ano, deve deixar R\$ 188 nos cofres federais, calcula o IBPT. Somente parte do que o governo arrecada com o imposto do cheque vai, de fato, para saúde, finalidade para a qual a CPMF foi criada. Em média, nos últimos quatro anos um quinto do que foi pago ficou no caixa do Tesouro Nacional para engordar os resultados fiscais.

Não satisfeito com os números polpudos, o governo petista luta no Congresso para prorrogar a cobrança da CPMF – criada em 1993 como um “imposto provisório” – por mais quatro anos. Nas últimas semanas tem patrocinado um festival de liberação de verbas e cargos para contentar parlamentares da base aliada e convencê-los a estender a vigência do tributo por mais um período. A oposição tem tentado transformar a CPMF num tributo menos gravoso, de caráter predominantemente fiscalizatório.

O custo da ganância

O aumento da arrecadação tributária é o outro lado de uma moeda igualmente danosa para a sociedade: a elevação desmesurada dos gastos correntes do governo federal verificada nos últimos anos. Até agosto, as despesas da União com pessoal e custeio cresceram 13,3%. Isso significa que o governo Lula, ao invés de aproveitar o bom momento da economia para desonerar empresas e, assim, permitir que elas façam mais investimentos e empreguem mais, está usando o dinheiro do contribuinte para inchar a máquina pública.

Estima-se que a alta carga de impostos retire pelo menos 1,5 ponto percentual do potencial de crescimento do país. Assim como em outras áreas, o governo Lula repete na seara tributária o mesmo padrão deficiente de gestão que prejudica o melhor desempenho da economia. Deveria aproveitar a votação do projeto da CPMF no Senado para melhorar, pelo menos um pouco, o sistema arrecadatário atual e gerar mais incentivos para a sociedade, ao invés de sufocá-la progressivamente, como vem fazendo desde 2003.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . Cep 70165-900 . Brasília – DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br